



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores
Departamento de Educação e humanidades

DEISE SERAFIM BIENIO DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO: MARCO DO SUCESSO OU FRACASSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DAS
CAMADAS POPULARES?

SÃO GONÇALO – RJ

2014

DEISE SERAFIM BIENIO DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO: MARCO DO SUCESSO OU FRACASSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DAS CAMADAS POPULARES?



MONOGRAFIA ENTREGUE AO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA, DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - UERJ COMO REQUISITO PARA CONCLUSÃO DO CURSO.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a MARIA TEREZA GOUDARD TAVARES

SÃO GONÇALO-RJ

2014

DEISE SERAFIM BIENIO DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO: MARCO DO SUCESSO OU FRACASSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DAS CAMADAS POPULARES?

MONOGRAFIA ENTREGUE AO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA, DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – UERJ COMO REQUISITO PARA CONCLUSÃO DO CURSO.

Aprovada em ___/___/___

Banca examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Goudard Tavares (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ

Prof^a. Dr^a. Mairce da Silva Araujo (Parecerista)

Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ

SÃO GONÇALO-RJ

2014

“Um dos maiores danos que se pode causar a uma criança é leva-la a perder a confiança na sua própria capacidade de pensar”.

(Emilia Ferreiro).

“ate aqui tem me ajudado o Senhor”.

(1Sm.7-6a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu amor e misericórdia, pela vida e oportunidade de chegar até aqui, esse Deus que é maravilhoso e tem cuidado de mim em todo o tempo suprimindo as minhas necessidades, em todos os momentos me amparando com suas mãos poderosas, me dando força e ânimo para prosseguir. Ao meu filho amado Bernardo, torcedor número um, que juntamente trilhou essa jornada nesses quatro anos, me apoiando, assistindo muitas aulas e até participando. Obrigada filhão, te amo. Ao meu esposo pela paciência, compreensão, tolerância e ajuda. Aos meus familiares pela torcida e apoio. Aos meus colegas de grupo: Beatriz e Patrícia Vianna, Ana Claudia Marques e Luis Carlos Moledo. Nesses quatro anos caminhamos juntos dialogando, sofrendo, sorrindo e aprendendo um com o outro. A cada aluno da turma pelo apoio e amizade. A cada professor por socializar os conhecimentos adquiridos ao longo de suas jornadas.

E por fim, a cada aluno e funcionário da escola Infante Dom Henrique por me permitir vivenciar essa experiência tão gratificante e prazerosa, sem a qual seria impossível a realização deste trabalho.

A minha orientadora, Prof.^a. Dr.^a. Maria Tereza Goudard Tavares, pela dedicação, paciência, confiança e ajuda. A essa mulher guerreira, batalhadora, humana, amiga e profissional, meus agradecimentos.

A todos/as, os meus sinceros agradecimentos, sem vocês esse trabalho não seria possível.

Muito obrigada a todos.

SUMÁRIO

Introdução _____	pg. 7
1- Porque escolhi escrever sobre a alfabetização das crianças das camadas populares _____	pg. 9
1.1-Memórias da trajetória de uma professora aprendiz _____	pg.12
2- Alfabetização das crianças das camadas populares no Brasil: porque ainda pesquisar o fracasso dessas crianças _____	pg.21
3- Produzindo o sucesso escolar de crianças das camadas populares na Alfabetização _____	pg. 29
Conclusão _____	pg. 41
Referências Bibliográficas_____	pg. 45

RESUMO

Este trabalho monográfico tem por objetivo pesquisar as relações escolares buscando compreender as relações de ensino/aprendizagem, fracasso e evasão escolar das crianças das classes populares, no primeiro segmento da educação básica, mas especificamente na alfabetização. Para alcançar tais objetivos, pesquisei como estagiária, em uma escola municipal de Niterói, (Escola Municipal Infante Dom Henrique), buscando investigar o processo de alfabetização de crianças matriculadas nessa escola pública. A pesquisa em tela me proporcionou a observação do fazer docente e suas implicações, bem como me estimulou a refletir a prática pedagógica a partir de conhecimentos adquiridos na formação docente. O estágio definiu-se metodologicamente em auxiliar o professor no planejamento de aulas para serem ministradas no laboratório de informática, visando à utilização do uso dessa ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, além de possibilitar o acompanhamento de crianças das classes populares em seu processo de alfabetização.

Palavras-chave: alfabetização; ensino/aprendizagem; classes populares; produção do sucesso/fracasso escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico aborda o tema alfabetização como possível marco do sucesso ou fracasso escolar das crianças das camadas populares. Os motivos que me moveram a pesquisar o fracasso escolar das crianças das camadas populares ainda na alfabetização foram vários, mas um em especial foi minha própria experiência como estudante da rede pública e como criança pertencente à camada popular, e relembrando os conflitos atravessados na infância e percebendo que embora os anos tenham se passado, poucas foram as mudanças ocorridas na educação em especial no que se refere à relação professor aluno. Percebendo as dificuldades de aprendizagem em especial na leitura e escrita em algumas crianças com as quais convivo, percebi o quanto pode ser ainda considerável o descaso com as crianças das camadas populares, pois no meu grupo de convívio, existem crianças da rede pública e da rede privada de ensino, e o primeiro grupo demonstra que estas continuam esquecidas em seus processos de ensino e aprendizagem, pois é perceptível a desenvoltura do segundo grupo em relação ao primeiro. O incômodo com essas diferenças e as recordações da vida escolar na infância só fez aumentar a angústia e o inconformismo dentro de mim em relação à educação das crianças das camadas populares. Com a angústia crescia também a interrogação: seria a fase de alfabetização a baliza entre o sucesso e o fracasso escolar das crianças das camadas populares? Pois, observando alguns jovens do bairro onde moro descobrir que a maioria deles interromperam seus estudos no momento de transição do 2º para o 3º ciclo, ou seja, da antiga 4ª para 5ª série, e observando a dificuldade em leitura e escrita dos alunos da Escola Bíblica Dominical, todos cursando do 4º ao 6º ano do ensino fundamental pensei em um primeiro momento a questionar a origem de suas evasões escolares, e recordando minha própria experiência escolar, cheia de altos e baixos, e o quanto essa situação interferiu de modo negativo minha trajetória escolar, desejei pesquisar esse público alvo, ou seja, o que levou esses jovens e adolescentes a se afastarem da escola na transição da primeira para a segunda fase do ensino fundamental e se esse afastamento teve sua origem em uma alfabetização precária que se revelou nas séries seguintes o impedindo de prosseguir a caminhada escolar. Mas em conversa com minha orientadora decidimos iniciar pesquisando da fase de alfabetização, como estão se

dando esses processos, porque ainda existem fracassos nessa fase da aprendizagem e o que seria necessário para iniciar a construir o sucesso desse grupo de estudantes.

Ao longo do curso de pedagogia com os conhecimentos adquiridos o incômodo só aumentava, ficando impossível não me voltar ao tema do fracasso escolar ainda na alfabetização, fugir desse tema seria como fugir de mim mesma e deixar uma página em branco na caminhada acadêmica, o que com certeza abrir-se-ia uma lacuna na trajetória profissional futura. Considerei relevante o conselho e iniciamos o trabalho.

Voltei meu olhar investigativo para o município de Niterói, buscando obter informações de como está ocorrendo o ensino inicial na alfabetização e porque o fracasso escolar continua a existir nessa fase de escolarização apesar de inúmeros programas e projetos criados com o objetivo de eliminar esse fracasso.

Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada em uma escola do município de Niterói, com informações coletadas a partir de observações, atuação junto ao corpo docente, conversa informal com professores e alunos da instituição e apoiada teoricamente em alguns pesquisadores os quais destaco: GARCIA. 2001, PERRENOUD. 2001. FREIRE. 1999, 2012, entre outros, por entender que ambos dialogam sobre a questão do fracasso escolar buscando trazer subsídios visando à transformação da educação através também da prática pedagógica e conseqüentemente o sucesso escolar.

Este trabalho está dividido em três capítulos, onde no primeiro capítulo relato partem de minha trajetória de vida escolar, minhas lutas e anseios, revelando conflitos que embora sejam imperceptíveis aos adultos, deixam marcas que atrapalham a vida social da criança.

Em um segundo momento, trago questionamentos vivenciados no campo pesquisado que reforça a necessidade de se continuar a pesquisar o fracasso escolar na alfabetização, pois eles existem, tive o privilégio de atuar junto a professores de 1º ciclo e perceber as angústias e conflitos tanto suas, quanto de seus alunos diante dos processos da aprendizagem.

No terceiro capítulo destaco elementos, posicionamentos, espaços e ações em prol do sucesso escolar.

Registro breve relatos de professores, suas falas em relação ao processo de avaliação da alfabetização.

1- Porque escolhi escrever sobre a alfabetização de crianças das camadas populares?

O que busca, [...], a alfabetização comprometida com o sucesso das crianças das classes populares, empenhada em que se apropriem desta linguagem enquanto instrumento de crítica e afirmação social, é antes de mais nada o resgate do sentido e a recuperação da autoria.(Regina Leite Garcia “et al”. 2001).

O que me incita a escrever sobre este tema é por ser originária de camada popular, e por ter passado por situação de constrangimento na escola, no período de alfabetização o que marcou demais a minha vida escolar, afetiva, emocional. Neste sentido, ao recordar essa turbulência vivida na infância, não só no meio familiar, mas também na iniciação da vida escolar e durante o seu percurso e entendendo que na atualidade, ainda é grande o conflito de inúmeras crianças ao iniciarem seu processo de alfabetização, no ensino fundamental. Entendo também, que esses conflitos acabam gerando novos conflitos que se estendem para as séries seguintes, Muitas vezes provocando na criança, a sensação de fracasso escolar antecipada, introjetando nela uma inaptidão para aprender, principalmente, aprender a ler e a escrever.

Ainda que um número bem reduzido de crianças das camadas populares tenha frequentado a educação infantil, as dificuldades no processo de alfabetização inicial parecem ser independentes dessa passagem, e também ocorrem com essas crianças, pois as mesmas deixam para trás inúmeras ações carregadas de sentidos

que foram trabalhadas na educação infantil, mergulhando em um mundo escolar de ações mecânicas e repetitivas, como infelizmente nos relatam inúmeras crianças com as quais convivemos dentro e fora da rede escolar.

A citação abaixo, de Garcia (2001), parece exemplificar de forma concreta o que escrevemos acima:

Na pré-escola [...] a criança encontra espaço para interagir, brincar, construir sentidos e aprender. Quando a criança chega à escola regular, o quadro se altera substancialmente. A rodinha é desfeita, as carteiras são enfileiradas, a fala é monopolizada pela professora que segue à risca o conteúdo da cartilha e do manual (GARCIA, 2001, p17)

E até mesmo as que não frequentaram a educação infantil, muitas vezes são consideradas desprovidas de conhecimento, o que na verdade não pode ser, pois as crianças trazem consigo um capital cultural que, infelizmente, é deixado de lado pela escola, que de modo geral lhes impõe conteúdos que não fazem sentido e por não fazer sentido, a criança se desinteressa, não vê sentido em aprender e esse desinteresse é visto pela escola como um problema do aluno, mas na nossa concepção, na realidade esse é um problema gerado pela escola ao impor conteúdos desprovidos de sentido para a realidade de seus alunos. Pois, como nos provoca Regina Leite Garcia, “[...], difícil mesmo é aprender o que não faz sentido, o que não atende à necessidade e, não tendo utilidade, não vai ao encontro do interesse”. (GARCIA, 200, p 22).

Não frequentei a pré-escola (educação infantil) assim como a grande maioria das crianças das camadas populares da época, haja vista ter sido período em que se iniciava no Brasil o movimento por este tipo de educação (década 70/80) e somente algumas instituições privadas oferecia essa modalidade educativa e apenas as crianças de famílias com certo poder aquisitivo tinha acesso a esse tipo de educação. Iniciei minha trajetória escolar aos oito anos de idade e embora já soubesse ler e escrever, fui matriculada na alfabetização (atual 1ºano), evadindo-se da escola neste mesmo ano, por constrangimentos sofridos ao demonstrar o

conhecimento adquirido fora da escola e em sequencia por questões familiares que serão relatados posteriormente e muitas foram as sucessivas evasões (expulsões disfarçadas?) ocorridas ao longo dos anos da minha vida. Reconhecendo os fracassos obtidos na trajetória escolar, mas não me conformando com eles e observando o número expressivo do contingente de crianças que ainda hoje são consideradas “fracassadas”, ainda que estejam regularmente matriculadas e frequentando as aulas, percebi ao longo de meu curso de pedagogia que essa questão me causava incômodo e inquietação. Assim, ao delimitar o meu tema de monografia como trabalho de final de curso, compreendi que precisava ver mais de perto com "outros olhos", como a questão da alfabetização inicial das crianças em escolas públicas de Niterói estava ocorrendo, no intuito de tentar investigar e entender as causas de tanto fracasso.

Embora não sendo educadora por profissão, me dedico na educação religiosa cristã de crianças e adolescentes de uma igreja evangélica na qual congrego e lá, pude observar a dificuldade das crianças de 9 a 11 anos de idade, ainda que a maioria se encontrasse cursando o 4º, 5º e 6º ano fundamental, poucos eram os que sabiam efetivamente ler, escrever e compreender o que leu, aproximadamente menos da metade do meu grupo de evangelização, isto é, crianças.

Essa situação deu início a minha inquietação, pois a cada três anos terminava uma turma iniciava outra e a situação permanecia quanto à questão de leitura/ escrita e compreensão do texto. Percebia o quanto eles se anulavam com medo de errar e o quanto eram inseguros nos seus modos de conhecer. Pude ter uma perfeita ideia do que sentiam, afinal vivi esse medo na infância, e percebi que nos bancos escolares, o papel da coerção ainda era uma constante e buscando um meio de fazer com se sentissem capazes até mesmo de errar, passei então a fazer brincadeiras e encenações com as histórias bíblicas sempre que possível, notando que isso os ajudou bastante a interagirem, a rirem dos próprios erros e a não desistirem de tentar novamente porque erraram na primeira vez, enfim se tornaram mais participativos e corajosos. Ao ingressar no curso de pedagogia, aprendi que esse era um dos caminhos da aprendizagem e quanto mais o curso avançava, mais tinha certeza de que a alfabetização de crianças das camadas populares seria meu tema e diante de toda essa vivência e experiência fui impulsionada a buscar

compreender os métodos e processos de alfabetização utilizados na escola pública na atualidade e se esses métodos e processos ainda tem sido responsáveis por contribuir para o fracasso escolar das crianças das camadas populares no período inicial de alfabetização.

1.1- Memórias da trajetória de uma professora aprendiz

Para além de ser somente um fenômeno de caráter individual no qual o sujeito reconstrói seus caminhos, os percalços de suas vivências, reinventando o que viveu, lá, no passado, hoje aqui, no presente, a memória é fenômeno que permite ao sujeito que rememora uma autoanálise, em relação aos caminhos que percorreu e em que sentido intercambia com o que está por vir. Ou seja, lembrar-se, trazer a memória significa a possibilidade de análise do passado, de atualizações do mesmo no presente e de indicações importantes para as ações futuras (PASSOS, 2000 apud VASCONCELOS, p. 100).

Quando recebi o convite de minha orientadora para narrar como movimento de escrita inicial de minha monografia algumas lembranças de minha trajetória pessoal e escolar, pensei que não seria tão difícil essa escrita de rememoração. Mas quando sentei para iniciar a escrita, um turbilhão de emoções brotou dentro de mim. Vi-me confrontada comigo mesma ao rememorar e possivelmente relatar toda, ou boa parte da minha trajetória de vida em especial a minha vida escolar, tão igual a tantas outras das crianças e jovens das camadas populares, mas única, pois cada um tem sua maneira de viver e sentir a vida, e difícil é partilhar uma história, que embora não diferente de muitas é particularidade sua, e jamais imaginei que um dia relataria essa história, muito menos em um trabalho acadêmico, mas como diz: (BENJAMIN, 1994, p.223) “nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.

Hoje, aos 42 anos de idade, terminando o curso universitário, difícil olhar para trás e não se emocionar ao perceber que venci. Sim, venho vencendo as adversidades da vida e aqui estou narrando essa trajetória, de estudante pobre, de

mulher, de mãe, de evangélica e de quase professora com diploma de curso universitário.

Ao escrever estas poucas linhas, um filme passou em minha mente, e como um flashback, vejo minha vida nos fios da memória “Ao partilhar com o outro as suas memórias, temos a sensação de presenciar os fatos, ver as imagens, sentir os sons e o pensamento daquele que revisita o passado, fazendo-os presente” (SANTOS, 2001, apud ALVES; SGARBI, p.61), não contive as lágrimas e chorei copiosamente diante do computador, ou diante de mim mesma, o improvável e inimaginável, mas sonhável está acontecendo. Uma trajetória escolar conturbada e fragmentada, cheia de frustrações e fracassos, mas que não significou o fim para mim, mas uma injeção de ânimo, para um novo recomeçar.

De um total de oito filhos, sou a terceira na ordem de nascimento. Nascemos na comunidade nova Brasília na engenhoca – Niterói, e tanto eu quanto cinco dos meus irmãos filhos do primeiro casamento de minha mãe. Até aos sete anos de idade, convivi em uma família que, segundo o olhar de uma criança, era estruturada constituída de pai, mãe, irmãos, tínhamos nosso quarto, alimento, brinquedos, tínhamos o carinho de nossos pais, a presença de nossa mãe durante todo o tempo, que nem considerava as constantes discussões e às vezes até agressão física que ocorria entre eles. O meu pai era alcoólatra e viciado em jogos de azar, especialmente em corrida de cavalos, lembro-me de certa vez que meu pai chegou em casa com um desconhecido que viera buscar nossa geladeira, pois a havia perdido no jogo, e tantas outras coisas saíam de nossa casa para pagar dívida de jogo. Mas ainda assim, me sentia segura e protegida nesse lar, sem muita percepção do que ocorria nos "bastidores" de minha família.

Aos sete anos de idade vi minha vida mudar radicalmente com a separação de meus pais, me vi com minha mãe e mais cinco irmãos em um único cômodo de pau a pique, cedido por minha avó materna, no alto do morro desta mesma comunidade, nome dado aos loteamentos e ocupações populares de Niterói. Diante dessa nova realidade de vida, minha mãe teve que trabalhar fora para sustentar a família e durante o dia ficávamos por conta de alguém que se dispusesse a tomar conta de nós, uns ficavam com minha avó materna, geralmente os menores, eu e minhas duas irmãs mais velha, ficávamos com uma senhora chamada Zilma (tia

Zilma). Nessa época minha irmã mais velha já frequentava a escola e sabia ler e escrever e em nossas brincadeiras ela era nossa professora.

Próximo a casa em que ficávamos durante o dia, residia uma professora chamada Glorinha, que lecionava na escola que minha irmã estudava e observando nossas brincadeiras de escola nos convidou a estudarmos em sua casa, nos forneceu lápis, caderno e borracha. Senti-me estudando em uma escola de verdade com uma professora e materiais escolares de verdade. Frequentava as aulas com muita satisfação e um belo dia, não sei como me peguei lendo as gravuras impressas nas poucas telhas portuguesas que cobriam o cômodo onde morávamos. Não me recordo de ter aprendido o B, A, BA, na casa de Glorinha, aquele B, A, BA, que vi na escola, recordo-me bem de ter sempre muitos materiais escritos espalhados pela sala de sua casa e nós manuseávamos esses materiais. A partir de então lia tudo que via pela frente. A minha mente já alfabetizada queria explorar tudo, ler tudo, como uma leitora voraz.

Aos oito anos de idade fui matriculada na alfabetização na Escola Municipal Tiradentes, no bairro Tenente Jardim. A escola dava fundos para a comunidade onde morava, foi à realização de um sonho, me lembro da realização de diversos trabalhos de datas comemorativas como: o coelhinho da páscoa que cobrimos com linha de lã, o colar de macarrão que colorimos em aula para o dia do índio, a pazinha de lixo que enfeitamos fazendo uma carinha para o dia das mães. Lembro-me de a professora Maria Olinda iniciar a leitura das vogais e posteriormente os encontros vocálicos, um por um era apontado pela professora para fazer a leitura, as crianças liam as vogais de forma individual não compreendendo o sentido da junção e demorava a fazer a leitura dessas letras. Aquilo não era novidade para mim, pois já havia aprendido e não cabendo de ansiedade, pois queria mostrar para minha professora que já sabia, então soletei os encontros vocálicos na vez de um amigo de classe, a professora ficou enfurecida e me repreendeu aos berros e de maneira ríspida me mandou calar a boca, me chamou de sem educação, e perguntou se eu queria ir à frente para ensinar. Essa repreensão foi demais para mim, afinal eu só tinha oito anos de idade e embora hoje tenha quarenta e dois, continuo considerando que o peso dessa repreensão foi demais, pois me causou marcas profundas e problemas de relacionamentos futuros nas escolas por onde passei. Nunca mais consegui construir um relacionamento de afetividade com os

professores, embora tivesse encontrado vários, dos quais desejei construir esse relacionamento, mas não consegui. Já na universidade dialogando com diversos autores, onde destaco a obra de PIAGET, no livro: (Seis Estudos de Psicologia, 2ª ed.1999) no qual considera a afetividade um fator fundamental, complementar e indissociável no desenvolvimento cognitivo e emocional do ser humano, passei então a compreender o que acontecia comigo, o porquê de tanta dificuldade de relacionamento escolar em especial entre aluno/professor, o que me impedia de ser participativa, de tirar dúvidas, e conseqüentemente de aprender. Mas naquela época eu era apenas uma criança, e como criança que era não fiz outra coisa a não ser chorar o restante da aula inteira envergonhada, decepcionada e frustrada, nunca imaginando que a professora seria capaz de tamanha agressividade, afinal era tão dócil com a turma, mas a partir daquele dia, todos os laços de afetividade e confiança que haviam sido construídos se quebraram.

A partir de então, não sentia mais desejo de frequentar as aulas, mas a tia Zilma, me obrigava a ir, e toda vez que chegava ao portão da escola começava a chorar, não conseguia sequer olhar para a professora, quando me perguntava alguma coisa, sempre respondia que não sabia e começava a chorar, na verdade eu sabia, mas tinha medo de responder e ser repreendida novamente, foi uma tortura ter de continuar frequentando as aulas, nada mais me dava prazer naquela escola.

Alguns meses depois, minha tia Zilma não pôde mais tomar conta de nós e tivemos de ficar sozinhas em casa, minha avó nos vendo em casa decidiu que deveríamos tomar conta dos menores que eram três e assim aconteceu.

Passamos a assumir esta responsabilidade e estando mais tempo em casa percebemos a precariedade da nossa nova realidade de vida, muitas vezes não tínhamos o que oferecer de alimentação para os nossos irmãos. Luciene minha irmã mais velha, que já estava para terminar o primário, decidiu abandonar a escola para trabalhar, arrumou um emprego em casa de família onde dormia e só voltava para casa nos fins de semana. Ficamos eu e minha irmã Tereza na responsabilidade dos mais novos, revezávamos para faltar aula e ficar com as crianças, eu sentia mais prazer em estar tomando conta dos meus irmãos do que ter de enfrentar minha professora e sempre cedia a minha vez de ir a escola, até que a abandonei de vez, pois minha irmã Tereza havia decidido morar com sua madrinha. Minha mãe só

chegava em casa a noite e nunca perguntava se eu tinha ido ou não a escola. Como eu não vazia qualquer comentário sobre a escola, minha mãe fazia vista grossa, afinal quem tomaria conta dos menores, pois minha avó já não aceitava mais tomar conta de nenhum de nós. Minha mãe com o mínimo de instrução que conseguira frequentando o Mobral, não se dava conta da importância de estarmos na escola desde cedo, ou, talvez até desse, mas o que fazer diante da necessidade que só aumentava a cada dia.

Assim, passaram-se dois anos sem que eu frequentasse a escola, já estava com dez anos quando minha mãe casou-se novamente e mudamos de casa, mas continuamos na mesma comunidade de Nova Brasília, sendo a casa mais espaçosa, mas o desconforto de ter um estranho dentro de casa não era bom. O bom dessa nova situação foi que Tereza voltara para casa, ela continuava a estudar no Tiradentes e eu com a possibilidade de estudar na Escola municipal Infante Dom Henrique, que acabara de inaugurar dentro da comunidade. Como não havia terminado a alfabetização não possuía documento de transferência, fiz uma avaliação e fui matriculada na 1ª série, desta referida escola dentro da comunidade, estava bem animada para retornar a escola. Ao retornar percebi que eu havia criado um bloqueio em meu relacionamento com os professores/as não conseguindo participar das aulas, me sentindo insegura, e o medo tomava conta de mim cada vez que a professora me dirigia a palavra, só de pensar que poderia ser repreendida por algo errado que fizesse. Tornei-me tímida e retraída, mas não pensava em desistir queria aprender.

Com o passar dos meses não tivemos mais condições de manter o aluguel da nova casa e tivemos de nos mudar. Mudamos para São Gonçalo, e foi preciso abandonar a escola sem ter concluído a 1ª série. Mudamos para o Engenho Pequeno, fomos morar no quintal da família do meu padrasto e lá nasceram o meu sétimo e oitavo irmãos. No ano seguinte minha mãe não conseguiu vaga na escola. Só fui matriculada após ter ficado um ano sem estudar. Mais uma vez fiz uma prova e fui amparada pela Deliberação 13/76 CEE e matriculada na 2ª série, da Escola Estadual Luiza Honório do Prado. Enfim consegui concluir a segunda série já com doze anos de idade. No ano seguinte retornamos para Niterói e nesse mesmo ano consegui vaga na Escola Municipal Adelino Magalhães, na qual concluí a terceira e quarta séries e na quarta série, já conseguindo me relacionar melhor com minha

professora Rosane, conseguindo participar das aulas, embora um pouco tímida ainda, mas bem melhor. Essa professora marcou minha trajetória escolar, pois sempre procurava encorajar os alunos nos dizendo que éramos capazes, que jamais deveríamos desistir de estudar independente de nossa idade, pois o conhecimento ninguém consegue tirar de nós e não existe limite de idade para se busca-lo. Essas palavras ficaram gravadas dentro de mim e ecoava ano após ano que fiquei fora da escola.

No ano seguinte já preste a completar quinze anos, me matriculei novamente na Escola Municipal Infante Dom Henrique, agora na 5ª série. Nesta escola minha tia Lurdes trabalhava de merendeira e me indicou para trabalhar de doméstica após as aulas na casa da minha professora Alaíde e imediatamente aceitei, pois já tinha necessidade de algumas coisas além de ter de ajudar em casa. Assim eu fazia, saía da escola ao meio dia e ia direto para a casa da professora. Até que mais uma vez minha mãe retorna para São Gonçalo, desta vez para o bairro do Mutondo, e mais uma vez abandonei a escola, no ano seguinte consegui vaga na Escola Estadual Antonieta Palmeira, e matriculei-me para concluir a 5ªsérie, trabalhava na parte da manhã em um novo emprego próximo de casa e estudava no horário de 15: h as 19: h, antes de o ano terminar, retornamos para Niterói, decidi então permanecer na escola para concluir a 5ªsérie, tinha um gasto enorme com passagens o salario era praticamente só para custear a despesa. Ao concluir a 5ªsérie não renovei a matrícula, pois havia decidido trabalhar, pois já estava com dezesseis anos e a necessidade falava mais alto do que o desejo de concluir os estudos e assim passei oito anos fora da escola, somente trabalhando, embora tivesse um desejo enorme de voltar a estudar, aos vinte e quatro anos, finalmente decidi retornar. Matriculei-me no Colégio Cenecista Felisberto de Carvalho que atendia dentro do Colégio Estadual Benjamim Constant no Barreto, na modalidade de supletivo, era cobrada uma mensalidade pequena, cursei então nesta instituição a 6ª e 7ª séries durante um ano, e como estava muito dispendioso, mudei de escola para terminar o ensino fundamental, matriculei-me na Escola Municipal Altivo César na 8ªsérie, ou fase, como era nomeada, também na modalidade supletivo, enfim no ano de 1996 aos vinte e cinco anos concluí o ensino fundamental. No ano seguinte me casei e até me matriculei no ensino médio à noite também na modalidade de supletivo, mas mudei de emprego e de horário de trabalho o que me impossibilitou

de frequentar as aulas, mas não havia desistido, apenas aguardava uma oportunidade para prosseguir.

No ano 2000, conheci o Centro de Estudo Supletivo (CES) que funcionava na modalidade ensino a distância, me matriculando para cursar o ensino médio. No CES, eu trazia as apostilas para estudar em casa e retornava para fazer as provas, nessa modalidade só consegui terminar as disciplinas de química e geografia. No próprio CES, fui informada do provão do Governo do Estado, onde os alunos se inscreviam nas disciplinas que eram um total de nove, realizavam as provas e se aprovados receberiam o diploma do ensino médio, caso fosse reprovado em alguma disciplina, poderiam se reinscrever no ano seguinte. Em 2001 me inscrevi nas nove disciplinas e consegui passar em seis, nesse mesmo ano engravidei e em 2002, nasceu meu filho Bernardo, mas nem assim desisti, pois, depois que ele nasceu fui fazer mais uma prova contendo as três disciplinas restantes e só consegui passar em uma, restando química e geografia que terminei a distância pelo CES e finalmente em 2003 concluí o Ensino Médio. Terminei o ensino médio não na modalidade que gostaria, mas foi a oportunidade que a vida me deu e estava muito satisfeita por esta conquista, tão difícil e dura de ter alcançado.

Em 2005, meu filho iniciou sua vida escolar na educação infantil e senti o peso da responsabilidade com essa nova etapa de sua vida e me dediquei para que ele tivesse uma trajetória escolar diferente da que tive, após ele ingressar no 1º ano fundamental, considerei a possibilidade de cursar a faculdade, mas não me sentia preparada para encarar um vestibular, matriculei-me em um pré vestibular comunitário e o cursei durante um ano. Um pouco mais confiante me inscrevi no vestibular da UERJ 2008, mas prova discursiva fiquei de fora. Em 2010, deu tudo certo e consegui entrar na universidade pública, no curso de pedagogia. É indescritível a satisfação de ser aprovada no vestibular, mas estava apenas começando a se abrir a estrada diante de mim e a caminhada foi longa e muitas vezes espinhosa, mas em momento algum desanimei, ou pensei em desistir. Nesses quatro anos a sombra do passado esteve presente e com ela o medo, a insegurança, o relacionamento interpessoal prejudicado, mas nem por isto me neguei o direito a ter acesso a conhecimentos que jamais imaginei existir, a ler autores de que nunca ouvira comentários, enfim, crescer como pessoa, como mulher, como mãe, e profissional. Passei a compreender e enfrentar meus medos e

adquirir conhecimentos para iniciar uma vida profissional com coragem, curiosidade e compromisso, pois minha própria experiência me conduz a isso e a prática cotidiana a aperfeiçoará.

Até chegar ao sexto período, em momento algum havia pensado em trabalhar em sala de aula, visando somente a parte administrativa, porém, após cursar a disciplina de estágio supervisionado II, onde tive o privilégio de estagiar em uma turma do quarto ano da Escola Municipal Infante Dom Henrique, percebi que seria impossível não viver essa experiência e de alguma forma contribuir no processo educacional das crianças das camadas populares do nosso país, principalmente, buscando compreender e ajudá-las no seu processo inicial de alfabetização, reiterando o papel político e pedagógico do acesso à palavra mundo, como nos ensina Paulo Freire(1986).

Ali estava eu quase trinta anos depois, de volta ao Infante Dom Henrique, em outro tempo, com outro olhar, em outra condição e tentando descobrir o porquê de estar ali, se já estava estagiando no Colégio Tarcísio Bueno à noite, na EJA, na verdade eu queria passar por esta experiência de estar com as crianças em sala de aula, para ter a certeza de que profissionalmente só queria a parte administrativa. Muito enganada estava eu. Ao terminar o estágio senti muita falta daquele ambiente, das crianças e fiquei a pensar em quando teria outra oportunidade de retornar para aquele contexto educativo. Pensei no estudante Lucas, se estava se saindo bem, se poderia tê-lo ajudado mais. Lucas é um menino de nove anos de idade e aluno da turma do 4ºano em que estagiei. Ele era considerado um "aluno problema", quase não copiava os exercícios e nem os executava. Quando eu chegava à sala de aula para o estágio, ele mudava de lugar e se assentava ao meu lado buscando ajuda, construímos uma relação de amizade e confiança e percebi que o que o entediava levando-o a não copiar e nem fazer os deveres era o fato de as aulas serem monótonas, repetitivas, nada lúdicas e nem práticas. Esta percepção foi possível em uma aula de ciências em que a professora explicou as partes das plantas. Em particular, Lucas mencionou que sua avó possuía muitas plantas em casa e a professora poderia ter pedido para que os alunos trouxessem de casa uma planta para que ela mostrasse cada uma dessas partes, pedi para que ele desse essa sugestão à professora, para ser realizada na próxima aula, mas ele respondeu que ela nunca fazia o que a turma sugeria. Continuamos a conversa sobre o assunto da

aula e percebi que ele estava bem familiarizado com o tema da aula, pois sempre ajudou sua avó no cuidado com as plantas o que facilitou a realização do exercício. Terminei o estágio desejando não terminar. Descobri que realmente eu desejava estar ali resgatando um pouco do passado e tentando de alguma forma influenciar de maneira positiva na aprendizagem das crianças da comunidade onde nasci.

Posteriormente ao receber o convite pela Fundação Municipal de Educação/Niterói, para participar do processo seletivo para estagiário, um novo ânimo brotou dentro de mim. Aceitei o convite, passei no processo seletivo e fui convocada para o estágio. Tive a oportunidade de escolher a escola para estagiar e escolhi o Infante Dom Henrique, dentre diversos fatores, existe o pessoal, fui moradora desta comunidade até o ano de inauguração desta escola como relatei anteriormente e mesmo estando fora da comunidade e do bairro por diversas ocasiões, sempre retornava para o bairro, pois para a comunidade não mais retornei. Mesmo passando duas vezes por esta escola como aluna e apesar de não concluir o ano letivo em nem uma das duas passagens por fatores extraescolares, tenho boas lembranças dessa instituição, pois foi onde reiniciei minha caminhada escolar, após sofrer frustrações na classe de alfabetização em outra instituição de ensino, que influenciou de maneira significativa em meu relacionamento, aprendizado e afastamento da escola por dois anos consecutivos.

A experiência de uma trajetória escolar triste e conturbada, além de vivências com crianças reprimidas e tolhidas em sua trajetória escolar, que possivelmente no futuro seriam rotuladas de “fracassadas”, me direcionou a pesquisar o fracasso das crianças das camadas populares ainda na alfabetização, por perceber e entender que ainda hoje, embora os avanços tenham sido significativos, esse fracasso persiste. Pois, assim como questões de ordem econômica, política e social foram fatores que contribuíram de forma significativa em minha turbulenta caminhada escolar, hoje, infelizmente questões dessa ordem ainda fazem parte da vida das crianças das camadas populares e acaba se tornando um dos fatores geradores de seus fracassos escolares. E o pior, a escola ainda não consegue se responsabilizar para que todas as crianças sejam seduzidas pelo desejo de aprender a ler e a escrever com uma experiência de autoconhecimento de si e do mundo que as cerca.

2- A alfabetização das crianças das camadas populares no Brasil: Por que ainda pesquisar o fracasso escolar dessas crianças?

Quando estudamos de perto as desigualdades diante da doença ou da morte, a justiça ou o amor, percebemos que o papel do destino ou do acaso não é assim tão grande, que as desigualdades aparentemente mais biológicas ou genéticas estão enraizadas nas desigualdades sociais. O mesmo acontece com o fracasso escolar e as desigualdades escolares. (Perrenoud, 2001)

Embora o termo “fracasso escolar” seja relativamente antigo na literatura pedagógica e na memória de inúmeras crianças e jovens das camadas populares no país, o efetivo fracasso escolar de crianças das camadas populares parece ainda constituir na atualidade, um problema histórico/social da realidade educacional brasileira, portanto uma constante ao longo dos últimos anos. O que vem oportunizando debates e discussão, além de implementação de diferentes políticas com vistas à superação deste cenário ainda tão desfavorável às crianças das camadas populares, principalmente as crianças que vivem nas periferias urbanas e nas áreas do campo no Brasil.

Sabemos por conta de nosso levantamento e estudo bibliográfico, que o fracasso escolar ocorrido na educação do nosso país, tem como principal causa supostos distúrbios na aprendizagem, que gerariam sucessivas repetências e evasões na escola. E que o fracasso escolar, ainda é, de modo geral, tido como natural, haja vista parecer “natural” em nossa Sociedade, a oferta de uma educação escolar dirigida somente a uma pequena parcela da sociedade, visto ser historicamente presente no país, a concepção de que os “pobres”, “os subalternos”, não precisariam de uma educação de qualidade, visto que, para a grande maioria da população, a instrução mínima que lhes era oferecida seria mais do que suficiente, pois estes estavam destinados a “trabalhos braçais, isentos do uso do intelecto”. A ordem “natural” das coisas era essa, somente uma pequena minoria da população com pleno acesso a cultura e a grande maioria excluída desse acesso, ou seja, as questões de ordem econômicas e sociais decidia o destino educacional e intelectual

do indivíduo, assim, os fracassos escolares eram mascarados tanto pela estrutura social, quanto pela estrutura escolar. Somente a partir do final do século XIX, com o projeto de construção de um Brasil moderno a partir da industrialização, o sistema educacional se organiza visando o preparo da camada popular para suprir essa demanda e participar dos processos políticos, econômicos e desenvolvimentistas no país.

Interesses políticos e econômicos diante do desenvolvimento brasileiro forçaram o país a idealizar projetos educacionais destinados às camadas populares. Primeiramente visando os adultos com o objetivo de conquistar aliados a fim de garantir a manutenção do poder e nessa manobra para conquistar aliados, a classe popular encontra espaço para manifestar seus interesses como as campanhas salariais e as greves. Essas lutas foram “o abre alas” para uma educação que focasse no “ser” mais que no “ter” mais e grupos de intelectuais, estudantes e classe média atuaram ao lado de trabalhadores a fim de auxiliá-los para a participação política, uma das táticas de atuação desses grupos foi a educação de base com a criação de vários movimentos com um único objetivo: incluir os excluídos da sociedade num processo educacional, cultural e político. (GÓES, 2001).

A partir da década de 80, intensificou-se a preocupação com a escolarização das crianças das camadas populares e conseqüentemente com os descasos que originaram os fracassos escolares ocorridos ao longo dos anos, que até então tinha sua origem na desnutrição, a problemas cognitivos, afetivos e culturais demonstrando o efetivo preconceito as classes populares e sua condição socioeconômica e passaram a atribuí-los a escola, reconhecendo que o ambiente em torno do aluno é de fundamental importância e que uma demanda exigente pode gerar respostas insuficientes no processo da aprendizagem caracterizando fracasso escolar. Embora as pesquisas tenham revelado ao longo do tempo inúmeros fatores contribuintes para o fracasso escolar e não somente o econômico e social é notório ainda hoje no espaço escolar em especial as escolas que se localizam na/nos arredores de comunidades o expressivo contingente de crianças que embora sejam assíduas às aulas, o seu rendimento escolar é baixo e desta forma são consideradas como problemáticas na questão da aprendizagem.

Portanto, pesquisar este tema significa para mim, investigar e questionar com bastante acuidade o fracasso escolar de crianças das camadas populares ainda no primeiro segmento da Educação Básica. De fato, do ponto de vista político e pedagógico não é possível continuar aceitando as justificativas reiteradamente dadas sobre questões de natureza econômica e sociais tidas como “responsáveis pelo fracasso das crianças pobres” nas classes de alfabetização, como se as diferenças sociais e econômicas fossem naturais, e dando a entender que a pobreza impossibilitaria a criança de aprender e de se desenvolver culturalmente e intelectualmente no ambiente escolar. Estas justificativas comportam certa concepção ideológica da incapacidade natural dos pobres para a cultura escolar, para a aprendizagem de certo tipo de racionalidade, a racionalidade do tipo escritural. Uma questão concreta, de cunho histórico e social, se concentra na estrutura da formação social brasileira, na qual as desigualdades sociais e culturais tendem a culpabilizar os pobres pela sua pobreza, omitindo as profundas divisões e hierarquizações presentes no interior da sociedade brasileira.

A educação escolar não se faz no vazio, separada de interesses sociais existentes no contexto histórico. Ao contrário, ela se fundamenta em contextos históricos para atender os interesses de grupos sociais. Desta forma as crianças das classes populares, já entrariam na escola como “figuras marcadas” e com certa previsão para o fracasso e o insucesso escolar.

Venho Interrogando como educadora, os motivos que geram o fracasso escolar de crianças das classes populares, em especial da rede pública, ainda no primeiro segmento da Educação Básica, fracasso este caracterizado por sucessivas repetências e evasões. Os inúmeros programas sociais de incentivo a permanência das crianças nas escolas públicas tem cumprido o seu papel que é realmente manter essas crianças nas escolas, daí, a oferecer uma educação de qualidade durante a permanência dessas crianças nas escolas visando o seu pleno desenvolvimento, é outra história. A escola pública é responsável por atender mais da metade dos estudantes do país e o seu maior contingente são de alunos das camadas populares, portanto observo que alfabetizar essa parcela da sociedade ainda é um desafio, principalmente pelo descaso das autoridades governamentais com as condições concretas nas quais professores/as e crianças atravessam seus processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Compreendo que meus questionamentos e minhas interrogações a respeito da evasão escolar que é uma das características do fracasso ainda no primeiro segmento da educação básica não será fácil, visto que os programas sociais tem mantido a maioria desse público nas escolas. O que não significa garantia em si de uma real aprendizagem, haja vista o contingente de analfabetos funcionais maiores de quinze anos, registrados na pesquisa do IBGE-PNAD-2011¹. Esta questão nos provoca a pensar que, embora, os governantes criem planos, programas, projetos e metas na tentativa de cumprir contratos firmados em relação à educação, em especial das infâncias pobres, os índices constataam que o aumento da escolarização no grupo de crianças a partir dos seis anos é mínimo e o de adolescentes analfabetos funcional é expressivo. Esses planos na verdade através dos incentivos materiais e financeiros “compensatórios”, colocados à disposição para que a igualdade-desigual seja estabelecida e a “permanência” dos mais pobres e marginalizados seja possível, com mínimas – mas insubstituíveis – condições de igualdade pedagógica e social ofertados, tem conseguido manter as crianças das camadas populares temporariamente nas escolas, que as acolhem com um discurso de igualdade e sociabilidade.

A escola, portanto, apresenta-se com sua ambivalência, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades a todos, exclui. Exclui quando ignora as experiências sociais e culturais de seus alunos e se utiliza de técnicas, propostas, projetos, além de critérios e metodologias não condizente com a realidade e o capital cultural das crianças das camadas populares, fazendo com que o espaço escolar se torne excludente e seletivo, não permitindo que essas crianças se desenvolvam e se reconheçam no ambiente escolar, levando-as a evadir-se desse espaço, tão logo se encontrem na faixa etária superior aos seus colegas de classe, ou por desinteressarem-se do sistema educacional repressor, sistemático e monótono. O fracasso na alfabetização parece ser ainda um dos fatores do elevado índice da relação idade série ainda no primeiro segmento do ensino fundamental. Assim,

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi criado com o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Diante deste plano, desta política pública, pergunto:

¹ Ao todo, em 2011, eram analfabetas 12,9 milhões de pessoas com mais de 15 anos.

Será isso capaz de sanar o problema do fracasso escolar ainda na alfabetização, ou da relação idade série da educação pública brasileira, ou ainda será capaz de evitar a evasão? Existe realmente uma idade certa para se aprender a ler e escrever?

Os processos ensino aprendizagem compreendem as diversas áreas do desenvolvimento humano, (social, cultural, emocional, afetivo e cognitivo...) nas quais professores e alunos devem ser sujeitos ativos desses processos, pois o relacionamento professor/aluno nos parece ser a alavanca que impulsiona o desenvolvimento intelectual e, o ambiente escolar o espaço mediador das interações desses processos, com o objetivo de que o desenvolvimento ocorra de modo amplo entre os alunos.

Mas, ao longo da história esse espaço tem sido marcado como intensificador das diferenças, espaço de exclusão, repressão e altamente discriminador, como relata (Bourdieu e Passeron, 1970) “[...] em vez de democratizar, a escola reproduz as diferenças sociais, perpetua o status quo e, por isso, é uma instituição altamente discriminadora e repressiva”. Conforme reitera Baudelot e Establet, embora divergindo em alguns pontos sejam unânimes em afirmar: “Portanto, a escola tem a função de reproduzir as divisões sociais já existentes” (Baudelot e Establet-1971).

Faz-se necessário a pesquisa para que novas ideias surjam a favor do ensino, que venha beneficiar em especial as crianças das camadas populares em seus processos de ensino e aprendizagem e estas recebam um olhar, investimento e tratamento igualitário por parte do poder público, e doação por parte dos professores, pois apesar de toda precariedade e burocracia que possamos esbarrar nas instituições, temos autonomia dentro de sala de aula e, podemos usar a criatividade para fazer um trabalho diferenciado com os alunos objetivando dar suporte para que se desenvolvam e avancem no processo ensino/aprendizagem para que se reconheçam como transformadores da realidade, participantes e produtores de cultura.

Portanto, se ainda sonhamos com uma educação pública e de qualidade para nossas crianças, é de fundamental importância que continuemos a pesquisar o fracasso escolar de crianças das classes populares, ainda no primeiro segmento da

educação fundamental básica, pois nesse momento a criança está em pleno desenvolvimento cerebral, desenvolvimento este que facilita sua capacidade de aprendizagem e memória e, quanto mais estimulada à criança for nesse período, maior será sua capacidade de desenvolvimento e aprendizagem. Contudo o que se tem observado é que um grande número de crianças nessa faixa etária em especial da classe popular encontra-se com seu rendimento escolar prejudicado. Dessa forma, as pesquisas podem identificar as causas do baixo rendimento escolar dessas crianças e apontar caminhos que as levem ao êxito escolar, ainda que para isso seja necessário mudanças significativas tanto no sistema educacional brasileiro quanto na metodologia desenvolvida na sala de aula, de modo a reverter esse quadro histórico e, as crianças da classe popular que já entram nas escolas rotuladas de fracassadas, possam ter verdadeiramente oportunidade de ascensão em sua vida escolar e em suas vidas de modo mais amplo.

Assim, buscando conhecer um pouco mais de perto a realidade escolar de crianças da classe popular, voltei minha atenção para a E. M. Infante Dom Henrique, onde tive a oportunidade de observar e trabalhar com turmas desde a educação infantil ao nono ano fundamental, esse trabalho me proporcionou a oportunidade de observar e perceber as dificuldades enfrentadas pelas crianças em seus processos de ensino e aprendizagem e identificar se essas dificuldades o acompanhavam desde seu início de escolarização, ou, se teve um momento específico que as dificuldades surgiram e se teriam alguma relação com os processos ensino/aprendizagem, tentando entender até que ponto os processos ensino aprendizagem pode constituir um fator interescolar considerável na evasão escolar. E até que ponto os fatores extraescolares interfere nesse processo e pode ser considerado na evasão escolar gerando o fracasso do aluno.

Ensinar a ler e a escrever ainda é tarefa específica da escola, não querendo dizer com isso que é única e exclusivamente esse o seu papel, pois cabe à escola formar cidadãos conscientizando-os de sua capacidade de atuar e transformar a realidade independente de sua condição econômica, social e cultural e os processos da aprendizagem transcende o espaço escolar.

Partindo desse princípio a Fundação Municipal de Educação de Niterói (FMEN), contratou estagiários de mídias para atuar em conjunto com os professores

regentes, no laboratório de informática com o objetivo de incluir os alunos na era digital, das quais eu sou uma das estagiárias e atuo na escola citada acima. E em minhas atuações e observações foi possível perceber diversos fatores Inter e extraescolares passíveis de serem dificultadores da aprendizagem de um número considerável de alunos dessa escola. São estes:

FATORES EXTRAESCOLARES

Em primeiro lugar não poderei deixar de destacar o descaso com a educação pública prolongada por anos a fio que acabou gerando a baixa escolaridade dos adultos de hoje em especial da classe popular e conseqüentemente o subemprego devido à mão de obra desqualificada rendendo baixos salários, as construções desordenadas originando a favelização e, por conseguinte a criminalidade. O atraso educacional brasileiro gerou famílias com pouca ou quase nenhuma instrução, dificultando a criação de seus filhos em ambientes propícios à aprendizagem cultural e educacional, haja vista ser o ambiente familiar o primeiro local onde a criança interage, portanto socializa e aprende. Pais instruídos intelectualmente conseguem encaminhar e preparar melhor os seus filhos nas questões culturais, intelectuais e sociais, não querendo dizer que seja uma regra, mas o descaso com a educação por parte dos órgãos competente gerou esse tipo de divisão em nossa sociedade.

O que percebi entre os alunos dessa escola é que, há quase uma totalidade de alunos vivendo em lares desestruturados nas questões emocionais, afetivas, sociais e intelectuais com pais com pouca ou quase nenhuma instrução, famílias numerosas onde cada filho tem o seu genitor, familiares envolvidos com a criminalidade, baixa estima dos alunos, ausência dos pais na vida escolar dos filhos, sem contar com a violência constante na comunidade onde a escola esta localizada que é onde reside a maioria de seus alunos.

FATORES INTERESCOLARES

A relação interpessoal entre professores, funcionários e alunos é passível de ser um dos fatores interescolares contribuintes para o baixo rendimento escolar dos alunos, pois observei a falta de afetividade por parte desses profissionais para com

os alunos por considera-los mal educados, rebeldes e alguns até perigosos, mas a afetividade é um dos aspectos de fundamental importância em uma escola, por ser um dos componentes essenciais para o desenvolvimento social e intelectual do ser humano, se a escola não prima por essa relação sócio afetiva não estará cumprindo com o seu papel, que é formar cidadãos conscientizando-os de sua capacidade de intervir para mudar a realidade. Como a escola vai ensinar que o aluno é capaz de transformar a realidade se lhes negam o direito de atuar em sua própria escola visando transformação, pois os alunos tem a liberdade de expressão tolhida e somente a reprodução é permitida, a imposição de regras sem direitos a negociação, ao diálogo, cerceia a capacidade de criação dos alunos, o direito de usufruir daquilo que foi colocado na escola para beneficiar sua aprendizagem lhes é negado. Não há como não encontrar nesses ambientes alunos desinteressados, como é queixa frequente dos professores. Muitas das vezes a violência, a rebeldia e o desinteresse é a forma que o aluno tem de demonstrar sua insatisfação, seu desejo de mudança.

Embora sejam oferecidos cursos de formação aos professores visando á melhoria de suas atuações a grande maioria como pude observar não participam por diversos motivos, destacado como causa principal segundo a fala da maioria dos professores com os quais tive a oportunidade de falar sobre este assunto, é o tempo disponível para frequentar a capacitação, pois a maioria faz dupla jornada.

É bem verdade que o tempo disponível dos professores do nosso país para frequentar cursos de formação é quase nenhum, haja vista a dupla jornada de trabalho realizada pela maioria deles, buscando uma melhor remuneração, pois os salários pagos a categoria chega a ser vergonhoso haja vista ser o professor o responsável pela formação de todos os profissionais de um país, independente de níveis e áreas de atuação, todos passam pelas mãos do professor, portanto um profissional indispensável ao desenvolvimento social e econômico de qualquer nação e precisa ser valorizado nos seus mais variados aspectos.

Estes profissionais tem sua autonomia limitada pelo sistema, pois os acordos firmados com organizações internacionais que estabelecem metas a serem cumpridas pelas escolas quanto ao número de reprovação e aprovação tira a autonomia do professor em reter ou não um aluno, ainda que este precise ser retido. Se a porcentagem de aprovação ainda não atingiu o nível estabelecido, alunos que necessitem ser retidos podem ser aprovados para que a meta seja alcançada e a verba acordada seja liberada. Alunos viraram mercadoria de troca e os professores

assistem essa negociação e a educação caminhar de mal a pior de pés e mãos atados, pois sabem que expressar opinião contrária significa não serem benquistos pela administração, poucos são os que se impõe para fazer valer sua decisão.

Não esquecendo é claro do currículo escolar, que continua sendo elitista e, portanto ainda muito distante da realidade na qual a escola e seus alunos estão inseridos, pois não é levado em conta na sua elaboração o tempo e o modo como cada indivíduo aprendem e sim o caminho que a escola deseja que os alunos percorram. “Quando a cultura escolar é elitista, muito distante da língua e dos saberes das classes populares, aumentam os desvios”. (PERRENOUD, 2001, P.20). Quero reforçar com estas reflexões, a importância de toda a comunidade escolar tomar a questão da alfabetização das crianças e jovens das camadas populares como um desafio à competência e a responsabilidade coletiva de todos os profissionais da escola.

Entendo, com base em Paulo Freire (1989), que a aprendizagem da leitura e da escrita é uma ferramenta de luta individual e coletiva indispensável à emancipação social e cultural no país, e que é direito de cada criança brasileira aprender a ler e escrever a sua palavra, com curiosidade, dignidade e alegria.

3- Produzindo o sucesso escolar de crianças das camadas populares na alfabetização. .

O modelo reprodutivista, na prática, comporta desvios da teoria. O espaço micro - a escola - reflete as contradições presentes no espaço macro - a sociedade. (Regina Leite Garcia, 2001).

Ao iniciar este capítulo de meu trabalho dissertativo, não posso deixar de mais uma vez mencionar a questão histórica da falta de investimentos financeiros na educação, além da escassez de políticas públicas que tenham objetivos claros quanto à questão da qualidade do ensino, de modo a fazer uma diferença qualitativa no presente e futuro de crianças e jovens do nosso país nas questões educacionais. Considero que essa seja uma das questões primordiais para o sucesso escolar de todas as crianças em fase, não só de alfabetização, mas em todo o percurso de sua educação básica.

Numa perspectiva histórica, embora inúmeras tenham sido as conquistas

alcançadas na área da educação, principalmente após a Conferência Mundial sobre Educação para todos realizada na Tailândia em (1990), que resultou na Declaração Mundial de Educação para todos e após a criação da LDB (1996), algumas conquistas tais como: mais investimento para a educação, autonomia das escolas na proposta curricular, novas formas de organização das turmas, organização do tempo e do espaço escolar, dentre outras, ainda se faz necessário, um olhar atento por parte dos governantes em relação a educação das camadas populares, visto as condições de desigualdades históricas no campo educacional no país.

Entendo a importância de um esforço coletivo entre governos, sociedade, família e escola, direcionadas ao aproveitamento dos docentes e discentes em relação à questão da aquisição do ensino e da aprendizagem, pois somente uma educação de qualidade, centrada nos processos de ensinar e aprender poderá mobilizar de forma significativa a cultura escolar, influenciando a realidade social, política e econômica do país.

Em nosso país, a herança da exploração escravocrata e a exploração capitalista parecem estar sempre batendo a porta das classes menos favorecidas, dificultando a sua relação com os seus direitos fundamentais, dentre eles o direito à educação. Reafirmar o domínio e a exploração implantada em nossa sociedade desde o seu “descobrimento” é algo tido como natural, apesar do discurso contrário dos governantes, que não passam da palavra à ação, tamanho é o desinteresse em transformar essa realidade por parte deles, haja vista a falta de investimentos em políticas compromissadas com a transformação na área educacional. As últimas greves docentes em Maio de 2014 no Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo, Duque de Caxias e Rio de Janeiro) e o descaso dos governantes parecem exemplificar essa naturalização do descaso, visto que os governos parecem não se incomodar com o fechamento das escolas, com a ausência ou a interrupção dos dias letivos.

Do ponto de vista da aprendizagem da leitura e da escrita, o processo de alfabetização objetiva que através da leitura e da escrita, a criança (e também o jovem e o adulto) seja integrada pela cultura escolar à sociedade, para que nela exerça seus direitos e deveres, assumindo compromisso com a coletividade, portanto transcende o ato de assinar o nome e soletrar palavras como nos ensina FREIRE (2012, p.25): “a alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos

caminhos, o projeto histórico de um mundo comum".

E esta é uma das principais responsabilidades educativas da escola, garantir que seus alunos tenham acesso à informação e conhecimento, afinal essa é a educação que a Constituição deveria assegurar a todos e não somente ao ato de estar matriculado na escola.

“Os princípios e fundamentos dos parâmetros curriculares nacionais” (PCN) afirma:

É papel do Estado Democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social (PCN. 1997. P.27).

O processo de alfabetização é de suma importância, afinal é quando a criança inicia seus passos rumo à cidadania, passando a compreender ainda que de forma não tão clara as funções sociais da escrita, mas se lhe negam, ou mascaram esse direito, estarão lhe excluindo o direito de ser incluído em uma sociedade letrada, pois a linguagem em suas mais variadas formas possibilita ao sujeito ampliar seu conhecimento de mundo, daí a importância da relação, escrita e significado, pois como diz FREIRE, (1986), “a escola está aumentando a distância entre as palavras que lemos e o mundo em que vivemos”. Ampliar a distancia para Freire é justamente a dicotomia existente no espaço escolar, onde o mundo da leitura, não corresponde ao mundo real e vivenciado pelo aluno.

Esse mundo escolar, onde lemos palavras que cada vez menos se relacionam com nossa experiência concreta exterior, tem-se tornado cada vez mais especializado, no mau sentido da palavra. Ao ler palavras, a escola se torna, um lugar especial que nos ensina a ler apenas as “palavras da escola”, e não as palavras da realidade. O outro mundo, o mundo dos fatos, o mundo da vida, o mundo no qual os eventos estão muito vivos, o mundo das lutas, o mundo da discriminação e da crise econômica (todas essas coisas estão aí.), não tem contato algum com os alunos na escola através das palavras que a escola exige que eles leiam. (FREIRE e SHOR, 1986, p. 85).

Nesta perspectiva, dialogando com Freire e Shor, entendo que pensar e

praticar outros sentidos para a alfabetização de crianças e jovens no cotidiano da escola pública é uma responsabilidade de toda a escola, sendo um desafio político e epistêmico a elaboração e o desenvolvimento de um projeto político e pedagógico que se coloque a alfabetização como uma "responsabilidade coletiva" (GARCIA, 1992) de todo o coletivo escolar.

3.1-CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA PARA O SUCESSO NA ALFABETIZAÇÃO:

(...). Desenvolver o trabalho escolar considerando a ação pedagógica como movimento coletivo que contém relações interpessoais no contexto interno e externo do indivíduo permite um redimensionamento do processo ensino/aprendizagem, no sentido de torná-lo mais produtivo para alunos e professores (Regina Leite Garcia, 2001, p.54).

A escola com o seu papel social, manifesta-se como instituição fundamental na sociedade ocidental para a constituição do indivíduo, bem como para a evolução da sociedade, sendo que o seu papel mais importante é preparar o indivíduo para o seu desenvolvimento em uma sociedade em constante movimento. Portanto, compete à escola propiciar recursos visando à evolução intelectual, social e cultural do indivíduo. É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela (REGO, 2003).

A escola como instituição deve conhecer a realidade do espaço social na qual está inserida, bem como o público que espera acolher, pois sua ação transcende a sala de aula, da mesma forma esta deve ter conhecimento da realidade de seus alunos e familiares e para que este conhecimento seja possível se faz necessário uma parceria entre escola, família e comunidade mais ampla. A escola dentro do possível deve buscar meios para inserir as famílias no processo de aprendizagem de seus alunos, pois a parceria da família é fundamental no sucesso na aprendizagem.

Uma alfabetização com qualidade requer da escola conhecimento de seu corpo docente bem como de suas práticas, cultivar o respeito e intervir de forma construtiva organizando grupos de estudos para reflexão de suas práticas

pedagógicas.

A escola deve ser um ambiente acolhedor, que inspire confiança, onde as vivências, experiências e temores sejam respeitados, afinal neste ambiente as crianças passam boa parte de seu tempo e esse espaço deve ser pensado e organizado de maneira que contribua para o processo que ali acontece, como afirma MOREIRA (2007).

O ambiente de aprendizagem escolar é um lugar previamente organizado para promover oportunidades de aprendizagem e que se constitui de forma única na medida em que é socialmente construído por alunos e professores a partir das interações que estabelecem entre si e com as demais fontes materiais e simbólicas do ambiente. (MOREIRA, 2007, P. 40)

Na escola existem ambientes que jamais foram pensados para serem lugares de trabalho, como se a sala de aula fosse o único espaço capaz de ser trabalhado o processo de ensino e aprendizagem. Por conta de minha experiência como estudante e agora estagiária em uma escola pública, acredito e defendo que em outros espaços, também é possível a existência de condições e de prazer na participação das atividades proposta. Destaco o laboratório de informática por experiência própria, pois ao iniciar o estágio foi unânime a fala dos professores da escola na qual faço estágio, que não frequentavam esse espaço, pois não viam em que, essa ferramenta educativa e tecnológica poderia contribuir na aprendizagem dos alunos e a euforia de alguns acabava por descontrolar toda a turma. Após alguns meses de estágio a fala daqueles que decidiram ousar, é outra, pois perceberam a contribuição significativa na aprendizagem dos alunos através da ferramenta digital. Percebe-se o prazer das crianças em estar aprendendo nesse ambiente.

O ambiente, com ou sem o conhecimento do educador, envia mensagens e os que aprendem, respondem a elas. A influência do meio através da interação possibilitada por seus elementos é contínua e penetrante. As crianças e ou usuários dos espaços são verdadeiros protagonistas da sua aprendizagem, na vivência ativa com outras pessoas e objetos que possibilita descobertas pessoais no espaço onde será realizado um trabalho individualmente ou em

grupo. (OLIVEIRA, 2000, P. 158).

O interesse e o progresso dos alunos devem ser acompanhados para que estratégias de ensino possam ser definidas e elaboradas em conjunto com o processo de aprendizagem da turma.

A escola ao matricular um aluno assume compromisso com seu sucesso escolar não eximindo a contribuição da família e da sociedade, pois a tríade escola, família e sociedade devem caminhar juntas, pois essa união é fator determinante tanto para o sucesso quanto para o fracasso escolar. A educação faz parte de toda a trajetória de vida do indivíduo. Seja na família, na escola ou na sociedade ela está presente, e a parceria entre essas três instituições favorece de forma significativa na formação do cidadão independente de sua faixa etária ou classe social.

A função social da escola vai além da troca de conhecimento sistemático em sala de aula, ela é um espaço de convivência humana, espaço de socialização, de encontros e descobertas e tanto a família quanto a comunidade deveria estar presente nesse espaço socializando seus conhecimentos e experiências e participando do processo formativo de seus discentes. É lamentável, pois embora o discurso de interação entre escola, família e comunidade esteja presente nas instituições, a realidade nos mostra que essa efetiva interação ainda está distante da prática, haja vista ser a preocupação maior da escola o cumprimento do seu programa que na maioria das vezes deixa de fora a família, a comunidade e também mundo real do aluno, desestimulando a interação que poderia ser proveitosa para o rendimento dos alunos

A família é o primeiro ambiente socializador do indivíduo e por estar presente em todas as sociedades é considerada a primeira instituição social que aliada a outras, contribui para o bem estar de seus membros, ela é considerada a matriz da aprendizagem humana com práticas culturais próprias que forma modelos de relações interpessoais, coletivas e individuais (KREPPNER, 2000), portanto precisa estar aliada a instituição escolar para que juntamente contribuam para o sucesso escolar de seus membros. A estrutura familiar é uma aliada ao sucesso escolar, ela pode contribuir tanto para o fracasso quanto para o seu sucesso. Uma desestruturação familiar pode contribuir para que a criança tenha problemas em seus relacionamentos afetivos e sociais ao passo que uma família que busque estar coesa e afetivamente vinculada transmitirá aos seus membros a confiança e o afeto

necessário para se relacionarem afetiva e socialmente com segurança. Na questão da aprendizagem a família tem seu papel fundamental, muito diferente do que grande parte delas acredita, pois é no contexto familiar que se inicia a aprendizagem, pois quando pais e familiares convivem com hábitos de leitura e escrita estará estimulando a seus filhos a fazê-lo, e assim estimulando a construção da leitura e da escrita, contribuindo com sua inserção no mundo letrado e sendo coadjuvante no processo da aprendizagem da leitura e da escrita. Sabemos que temos não poucos alunos provenientes de famílias onde os hábitos de leitura e escrita não são cultivados e mais ainda, onde um grande número de pais que são analfabetos, aí entra a escola e mais especificamente o professor “O professor é quem pode minorar esta carência, evitando, porém ficar prisioneiro de suas próprias convicções: as de um adulto já alfabetizado”. (FERREIRO. 1987. P.61) que tem a missão de colocar esse aluno constantemente em contato com materiais de leitura e escrita, materiais esses que faça sentido para o aluno, que faça parte de sua realidade social, que aguace sua curiosidade, “(...) a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano”. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer”. (FREIRE, 1999. P. 96).

A criança necessita do acompanhamento dos pais quanto ao seu rendimento escolar, se importando com o que estão aprendendo, enfim participando do dia a dia da criança na escola. Portanto se faz necessário o bom relacionamento entre família e escola, pois desta parceria depende o desenvolvimento da criança em todas as áreas de sua vida, pois os laços afetivos construídos, estruturados e consolidados sejam na escola ou na família, contribuem para que o indivíduo lide com conflitos e situações provenientes destes contextos.

3.2- CONTRIBUIÇÕES DA PROFESSORA ALFABETIZADORA PARA O SUCESSO NA AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA.

A professora alfabetizadora² tem em suas mãos o difícil, porém prazeroso e gratificante trabalho de conduzir a criança pelo caminho do mundo letrado mostrando-lhe que esse mundo também lhe pertence.

Destaco o gênero feminino na questão da “professora alfabetizadora”, pois ao longo da História da Educação brasileira as mulheres constituíram e constituem um número expressivo das que assumem essa profissão, que foi tida por muito tempo como extensão da maternidade, dando a ideia de “mãe educadora”, mas as

mulheres conseguiram conquistar sua identidade profissional como nos mostra (BAUER, 2001). De mães educadoras, as mulheres “se metamorfosearam em educadoras profissionais, participando da transmissão do saber, considerado legítimo na sociedade”. (BAUER, 2001, p. 133).

Concordamos com Regina Leite Garcia, quando ela nos convida a pensar que “a (...) criança é potencialmente produtora de conhecimentos e o professor é um de seus parceiros privilegiados nesta produção”. (GARCIA, 2001, p.53).

A criança traz para a escola conhecimentos prévios decorrentes de informações do mundo letrado com o qual interage, seja com a família, meios de comunicação como TV, computador (internet), da cidade na qual circula, entre outros, cabendo à escola e a professora conhecer e pesquisar esses conhecimentos para ter o referencial para propor suas atividades, respeitando a criança como ser pensante sobre a representação da escrita.

Desde o nascimento o indivíduo passa por diversos estágios em seu desenvolvimento e é na infância que essas mudanças se dão de forma mais representativas. A professora conhecendo, respeitando e influenciando nas fases de desenvolvimento de seus alunos, saberá intervir e contribuir para que os mesmos se desenvolvam e adquiriram o conhecimento compatível com seu nível de desenvolvimento contribuindo para sua aprendizagem.

Tanto Piaget (1999) como Vygotsky (1995) concebem a criança como um ser ativo e atento, que cria hipótese constantemente sobre seu ambiente, portanto ambos entendem o conhecimento como adaptação e construção individual, no entanto diverge na maneira de conceber o processo de construção desse conhecimento, pois veem o desenvolvimento e a aprendizagem como processo participativo e não de maneira automática, desta forma, não se pode aceitar uma visão única de desenvolvimento, visto que o ser humano está em constante aprendizagem, portanto em constante desenvolvimento, tanto que Emília Ferreiro, em sua pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita (1999), apoiada nos estudos de Piaget, revolucionou a história da alfabetização demonstrando como se constrói a compreensão do sistema alfabético na criança, que consiste em conhecer como a criança aprende.

A partir da divulgação de seus estudos no Brasil, em meados dos anos 1980, grande foi o impacto que causou sobre a concepção que se tinha sobre o processo de alfabetização, que influenciou até mesmo as normas do governo, expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os Estados formularam propostas curriculares pedagógicas que serviram de base para rede pública e privada no território nacional. “Essas propostas foram, na sua maioria, reformuladas durante os anos 80, segundo as tendências educacionais que se generalizaram nesse período” (PCN. 1997. p13/14).

São três os níveis de evolução da compreensão do sistema alfabético desvendados pela psicolinguista: Emilia Ferreiro.

1º- Nível Pré Silábico, nesta fase a criança não estabelece relação entre a escrita e a pronúncia.

2º- Nível Silábico, nesta fase a criança percebe a correspondência entre a representação escrita e as propriedades sonoras das letras, impulsionando-a para o nível seguinte.

3º- Nível alfabético, a criança compreende a organização e o funcionamento da escrita e faz a correspondência entre fonemas e grafemas, ainda que escreva a palavra conforme se pronuncia.

A passagem e a tensão de um nível para o outro varia de acordo com cada criança, cabendo à professora estar atenta ao desempenho da criança para atuar de maneira a contribuir no processo, facilitando a evolução por meio de atividades conflitantes que conduza o aluno ao nível seguinte, ou seja, estimular a criança a buscar o conhecimento.

Portanto, o sucesso na alfabetização depende também da escola ser transformada em “ambiente alfabetizador”, rico em estímulos de modo a provocar atos de leitura e escrita, de maneira a permitir a compreensão do funcionamento da língua escrita, possibilitando a apropriação de seu uso social, fornecendo elementos que desafiem a criança/estudante a pensar sobre a língua escrita. “Ambiente alfabetizador” nomenclatura utilizada com base nos estudos de Emilia Ferreiro, após constatar que a vivência em ambiente letrado, estimula a criança a utilizar a linguagem escrita. Esses estudos partiram do pressuposto de que todas as crianças são sujeitos do conhecimento, portanto interage com o meio e constrói conhecimento “(...) o sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget, é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as

interrogações que este mundo provoca”, (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999), e nesta perspectiva seus estudos propunham que as salas de aulas se tornassem um “ambiente alfabetizador”, que ali estivessem expostos materiais de escritas diversas que abarcasse tanto a cultura das crianças das classes médias, quanto as das camadas populares, onde as crianças em especial as das classes populares pudessem ao visualizar e manusear esses materiais, se reconhecerem nesse espaço como participantes e produtoras de cultura e nessa interação se apropriassem da leitura e da escrita construindo o conhecimento com a mediação do professor provocando a interação dos alunos com os materiais expostos.

A formação profissional do/da professor/a dá conta de atender aos apelos e demandas das classes de alfabetização em especial das crianças das classes populares que vivem uma realidade social que não está incluída nos currículos, programas e planejamentos escolares? É essencial que ao transformar a sala de aula em ambiente alfabetizador o professor possa ter além da técnica adquirida em sua formação profissional, tenha conhecimento da realidade social e cultural de seus alunos e saiba se utilizar desse conhecimento para dinamizar suas aulas tornando-as atrativas e interessantes para seus alunos, pois as experiências das crianças independentes de sua classe social modifica-se o tempo todo, e desta forma a atualidade histórica e cultural das crianças das classes populares tem de ser inseridas nos ambientes alfabetizadores das salas de aula, para que essas crianças possam reconhecer-se nesse ambiente.

Para tanto Paulo Freire (2012) nos convida a pensar não mais em ambiente alfabetizador e sim em ambientes alfabetizadores onde sejam incorporadas em sala de aula as leituras de mundo construídas por professores e alunos em seu cotidiano a partir das diferenças culturais, tendo por base a relação leitura de mundo–leitura da palavra, de maneira a favorecer a aprendizagem das crianças das classes populares. Portanto o processo de formação do professor alfabetizador exige saberes específicos dado a importância que é o ato de ensinar a ler e escrever e não somente ensinar a ler e escrever a palavra, mas ensinar a “ler o mundo”, “ler a palavra”, pois o processo de alfabetização é um “processo político” (FREIRE, 2012) e vai além do ato de ler e escrever, pois implica no processo de participação significativa no mundo da leitura e da escrita.

Nesse sentido, a formação docente deve ser consistente, intencional e contínua.

Pensar a formação docente envolve a análise de conhecimentos básicos para o exercício profissional, implica refletir sobre as habilidades necessárias ao professor para o enfrentamento dos vieses que surgem no contexto educativo. Envolve, também, a percepção de seu papel social de educador, dentro de uma sociedade de contradições e de relações de desigualdade. (SACRISTÁN. 1995. P. 102).

A formação inicial de professores e professoras representa um espaço de vivências preliminares do exercício da profissão, é à base de sua trajetória docente, pois o aprender da profissão se faz com um processo contínuo que se constrói a partir de suas práticas. Assim, ao longo de sua caminhada o/a professor/a vai construindo propostas e elaborando estratégias para responder as demandas que a prática exige. Pois o processo de formação dos docentes deve estar alicerçado em teorias referentes ao ato de ensinar e aprender e ainda em oportunidades de vivências práticas, pois a rotina do/da professor/a alfabetizador/a exige o domínio de conhecimentos gerais sobre ensinar e aprender, visto que sua prática pedagógica se dá na relação dinâmica com os alunos em suas situações de aprendizagens. Muito embora seja sabido, que um número considerável de docentes, parte para o campo de atuação somente com conhecimentos técnicos, que vão sendo moldados e reestruturados de acordo com suas vivências e práticas pedagógicas, ou não, pois muitas das vezes as incertezas e conflitos que surgem em sala de aula fazem com que esse/a professor/a acabe por se sentir impotente em face de não ter sido contemplado em sua formação inicial com a prática escolar e acaba por lançar mão de seus roteiros predefinidos com respostas prontas, oriundos de sua formação formalizada e burocratizada.

Ser um/a professor/a alfabetizador/a e contribuir para o sucesso da aprendizagem das crianças das camadas populares é estar em formação constante e em busca da prática de uma alfabetização libertadora que coloque o indivíduo em condições de igualdade em meio a essa sociedade manipuladora e alienante, é dar condições ao indivíduo de fazer suas escolhas e gerar suas próprias opiniões. “Um educador humanista, revolucionário (...) identificando-se, desde logo, com os educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos”. (FREIRE. 2012. P. 68).

Diante dos desafios em formar um professor/a alfabetizador/a, sabemos não ser tão fácil a estes, inicialmente, a prática de uma pedagogia libertadora, pois suas práticas parecem se apoiar somente numa certa formação técnica adquirida em sua formação, mas o que se espera é que as experiências vivenciadas e refletidas, tanto individual como coletivamente, no dia a dia em sala de aula, e no coletivo escolar como um todo, possam conduzi-lo constantemente a busca de novas práticas com objetivo de incluir e produzir junto aos seus alunos, um processo de construção do conhecimento na qual a leitura e a escrita, isto é, a alfabetização possa ser uma ferramenta de liberdade e conhecimento de si e do mundo.

CONCLUSÃO

Após esse trajeto percorrido pude perceber que ainda é grande os empassos acerca da escolarização no Brasil e por mais que se trace planos e metas o sucesso na educação das escolas públicas continua a desejar, a questão do analfabetismo no Brasil é uma questão política, quanto mais se perpetua o status quo, tanto mais se produzem indivíduos menos capacitados, com menos chance de ascensão em sua vida social, cultural e econômica, portanto embora existam investimentos, não existe interesse verdadeiro em que a realidade das classes populares em relação a educação seja de fato transformada, cabe a cada um de nós continuarmos a luta por uma educação libertadora e transformadora.

Alguns programas sociais estão de certa forma ligados a educação, porém não é perceptível o compromisso com o seu sucesso e essas ações de fato vem contribuindo para a ascensão material e nem tanto para ascensão intelectual e social.

De longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantindo o desenvolvimento escolar destes, e como, nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preterida pela opção por políticas que, a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadas para ações que possam mostrar números indicativos de maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar. (Ferreira e Ferreira, 2004, p.33)

O Brasil ainda possui níveis assustadores de desigualdade de renda, o que vem ao longo dos anos atrasando seu desenvolvimento econômico, isso se deve ao abandono da educação pública no país, ainda que a desigualdade de renda tenha diminuído nos últimos anos devido a ações compensatórias dos governantes visando equiparar a situação, os problemas relacionados à educação persistem.

Não quero finalizar o trabalho discutindo ou aprofundando sobre políticas públicas ou ações sociais e sim discorrer de modo sucinto sobre a influência dessas ações na educação com base em minha experiência de vida como aluna de escola pública e moradora de comunidade e nas experiências vividas e presenciadas em minha caminhada como universitária e estagiária em escola pública dentro de comunidade.

Não ha como negar que de fato várias ações governamentais trouxeram uma melhor qualidade de vida para as camadas mais pobres da população que foram contempladas por essas ações, mas até que ponto a educação tem sido influenciada por essas ações para se tornar de qualidade. Busquei compreender se o entrelaçamento dessas ações a educação, possibilitou as camadas populares em especial as que observei, a buscarem “ser mais”, ou “ter mais”. Recordo-me que há algumas décadas, as crianças das camadas populares que conseguiam chegar às escolas públicas buscavam “ter” conhecimento visando “ser” “alguém na vida”, o que observo hoje, é que embora as crianças tenham uma acessibilidade bem melhor que antes as escolas, não são estimuladas a buscar conhecimento para serem ou fazerem a diferença em nossa sociedade, e sim “estimulam” (obrigam-na) a estarem na escola para que suas famílias tenham o direito a usufruir dos benefícios materiais disponibilizados pelo Estado, afinal estar matriculado e frequentando a escola é condição essencial para receberem o benefício dos programas sociais vinculados a educação.

Penso que as metas as quais a escola é obrigada a cumprir e apresentar com relação ao número de alunos matriculados e frequentes tem deixado em segundo plano o seu verdadeiro papel e priorizado a apresentação de resultados burocráticos, por outro lado às necessidades materiais e financeiras das famílias das classes populares que buscam uma melhor qualidade de vida, vê na escola a possibilidade de alcançar seus objetivos materiais, dessa forma incentivam seus filhos a frequentarem as aulas acreditando que a escola por si só, suprirá as necessidades intelectuais de seus filhos, independentemente da condição intelectual das famílias. Mas o que vemos são professores desestimulados moral, financeiramente e tolhidos em sua autonomia.

Enfim o que se observa é a nau da educação desgovernada, necessitando de que se tome o remo para que seja evitado o naufrágio, ou seja, o Estado precisa urgentemente assumir compromisso de verdade com a educação e criar políticas

públicas que tenha compromisso profundo com a mesma reconhecendo que é através de uma educação de qualidade ofertada a toda população que fará com que se desenvolvam intelectualmente com qualidade e assim possa crescer social e culturalmente contribuindo para o crescimento do país.

. Em minha caminhada como estagiária busquei observar com bastante atenção o primeiro ciclo da escola na qual estagiei que compreende do 1º ao 3º ano fundamental. Estas séries são as que compreendem as incluídas no pacto nacional pela alfabetização na idade certa do governo federal, que propõe que os alunos concluintes do 3ºano, estejam alfabetizados. Professores/as do 1º ciclo acompanham seus alunos por um período de três anos, para que possam realizar um trabalho eficaz com o grupo de alunos, mas o que pude observar em especial nos alunos que estão no 3º ano é que ainda existe um número considerável que não conseguem codificar e decodificar o código escrito conforme a escola exige, ficando bem claro que o tempo da aprendizagem é individual e os caminhos para desenvolver essa aprendizagem devem ser buscados pelos professores juntamente com seus alunos.

No ano de 2013, foi aplicada a prova (ANA) Avaliação Nacional da Alfabetização e pude perceber o desapontamento das professoras do 3º ano ao constatar que seus alunos não conseguiram “êxito” (êxito esperado pelo PNAIC) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, esta é uma política de alfabetização lançada em novembro de 2012, com o objetivo de que, todas as crianças estejam alfabetizadas até aos oito anos de idade.

Nesta avaliação os alunos não puderam ter ajuda de seus professores regentes e nem dos aplicadores das provas, desta forma a grande maioria não conseguiu interpretar o enunciado das questões deixando de realiza-las. A grande queixa dos professores, com as quais concordo, é que, “essas avaliações não podem servir para medir o grau de conhecimento dos alunos, pois as questões das provas embora tenham sido elaboradas por pessoas especialistas em educação, elas não conhecem a capacidade de cada aluno de forma individualizada” fala das professoras.

O fato de esses alunos caminharem por um período de três anos sem que possam ser retidos independentes de estar acompanhando a turma ou não na questão da aprendizagem, lhe tiram o direito de estar revendo os conteúdos sob a ótica de outro professor, pois o seu, segue para a série seguinte com a turma. Como

o aluno não pode ser retido, ele segue para série seguinte e passa a se tornar um problema para o seu professor que sem condições de dispensar atenção especial para equiparar alguns ao nível da turma, acaba por seguir no conteúdo deixando-os com suas dificuldades, para ser retido quem sabe, no 3º ano. Penso que aí pode estar um dos fatores do fracasso escolar ainda na alfabetização, o sistema educacional com seus métodos, critérios, avaliações e leis, acaba por contribuir na produção do fracasso escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N. (Org.); SGARBI, p. *Espaços e imagens na escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ARAUJO, Mairce da Silva. *Alfabetização: Conteúdo e Forma 2. V.1/ fundação CECIERJ-Rio de Janeiro-2008*.
- BAUER, Carlos. *Breve História da Mulher no Mundo Ocidental*. São Paulo: Pulsar. 2001.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura-7ªed*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31ªed. Vozes-Rio de Janeiro-2012.
- FERREIRO, Emilia. *Reflexões sobre alfabetização-2ªed*. Cortez, São Paulo, 1987.
- FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Artmed-Porto Alegre - RS. 1999.
- FREIRE, PAULO. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam 25ªed*. V4- Cortez, São Paulo, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 12ªed. Paz e Terra, São Paulo, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2012.
- GARCIA, Regina Leite. (Org.) *Alfabetização dos alunos das classes populares*, 4ªed.
- LEMLE, M. *Guia teórico do alfabetizador*. Ática-1987.
- MOREIRA, Adelson F. *Ambientes de Aprendizagem no Ensino de Ciência e Tecnologia*. Belo Horizonte. CEFET-MG, 2007.
- OLIVEIRA, Vera Barros de. *O brincar e a criança do nascimento aos seis anos*. Petrópolis-RJ. Vozes 2000.

PASSOS, M. C. memória e história de professores: como praticar também é lembrar. In: VASCONCELOS G. A. N. (Org.). *Como me fiz professora*. Rio de Janeiro: D&A, 2000.

PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2ªed. Artmed. Porto Alegre, 2001.

PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? 8ªed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1984.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 24ªed. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1999.

REGO, T. C. Memórias de Escola: Cultura Escolar e Constituição de Singularidades. 1ª ed. V. 1- Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação dos professores. In. NOVOA, profissão professor-2ªed. Porto. Editora Porto. 1995.

VYGOSTKY, lev Smenovitch. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1995.